



2023

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro

AG Construções e Serviços S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras



Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	12
7. ESTOQUES	13
8. IMPOSTOS A RECUPERAR	14
9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	14
10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	14
11. IMOBILIZADO.....	16
12. ATIVO INTANGÍVEL	17
13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	18
14. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	19
15. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	21
16. PARTES RELACIONADAS.....	21
17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	22
18. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	23
19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	25
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
21. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	27
22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	29
23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	30
24. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO	30
25. SEGUROS	30
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31
27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA.....	35
28. EVENTO SUBSEQUENTE	35

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e diretores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos de ativos, representados por recebíveis originários de projetos já executados e valores que estão em cobrança judicial, no valor total de R\$270.283 mil (R\$193.964 mil líquido dos efeitos tributários). Para esse saldo, não existe expectativa de realização desde exercícios anteriores. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o total do ativo está apresentado a maior em R\$270.283 e rubrica do patrimônio líquido está apresentada a maior em R\$193.964 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia possui saldos substanciais a receber e a pagar mantidos com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter/manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2024.



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

AG Construções e Serviços S.A.

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.057	5.244	1.061	5.293
Títulos e valores mobiliários	5	-	18.542	-	18.542
Contas a receber de clientes	6	266.558	412.702	266.558	412.702
Créditos com partes relacionadas	16	93.725	101.761	93.726	101.761
Estoques	7	916	2.811	916	2.812
Despesas antecipadas		251	556	251	557
Impostos a recuperar	8	4.860	5.708	4.860	7.401
Adiantamentos diversos	9	2.127	2.913	2.522	3.308
Total do ativo circulante		369.494	550.237	369.894	552.376
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	59.913	59.913	59.913	59.913
Créditos com partes relacionadas	16	4.056	4.079	41.101	42.592
Depósitos judiciais e cauções	18	2.010	2.481	2.059	2.481
Tributos sobre o lucro	19	40.000	21.090	40.000	21.115
Impostos a recuperar	8	-	-	1.691	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2	939	1	-
Total do realizável a longo prazo		105.981	88.502	144.765	126.101
Investimentos	10	36.616	36.683	38	147
Propriedades para investimento	13	71.000	71.000	71.000	71.000
Imobilizado	11	1.875	3.875	1.875	3.875
Intangível	12	54	-	1.264	-
Direitos de uso de arrendamentos	14	2.354	2.888	2.354	2.888
Total do ativo não circulante		217.880	202.948	221.296	204.011
Total do ativo		587.374	753.185	591.190	756.387
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	15	17.852	23.981	18.345	24.043
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	15	847	650	847	650
Passivos de arrendamentos	14	994	826	994	826
Débitos com partes relacionadas	16	64.446	133.381	64.446	133.381
Adiantamentos de clientes		118.162	160.897	118.163	160.896
Salários, provisões e obrigações sociais		9.231	6.428	9.231	6.428
Impostos e contribuições a recolher	17	10.708	11.973	11.372	12.653
Outros passivos circulantes		494	8.703	1.466	8.767
Total do passivo circulante		222.734	346.839	224.864	347.644
Não circulante					
Passivos de arrendamentos	14	1.352	1.990	1.352	1.990
Impostos e contribuições a recolher	17	26.575	25.508	28.637	27.905
Provisão para perdas em investimentos	10	376	-	-	-
Provisões para risco	18	5.499	6.852	5.499	6.852
Total do passivo não circulante		33.802	34.350	35.488	36.747
Total do passivo		256.536	381.189	260.352	384.391
Patrimônio líquido					
Capital social	20	142.379	142.379	142.379	142.379
Resultados acumulados		188.459	229.617	188.459	229.617
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		330.838	371.996	330.838	371.996
Total do patrimônio líquido		330.838	371.996	330.838	371.996
Total do passivo e patrimônio líquido		587.374	753.185	591.190	756.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados e vendas	21	82.849	176.572	82.849	176.572
Custos dos serviços prestados e das vendas	22	(79.187)	(169.321)	(79.187)	(169.321)
Lucro (Prejuízo) bruto		3.662	7.251	3.662	7.251
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(31.430)	(29.683)	(31.834)	(29.821)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.015)	(1.938)	-	(3)
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido		1.353	(2.373)	1.353	(2.373)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		(2.352)	1.801	(2.357)	1.801
		(34.444)	(32.193)	(32.838)	(30.396)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(30.782)	(24.942)	(29.176)	(23.145)
Resultado financeiro, líquido	23	(29.286)	(31.965)	(30.892)	(33.762)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(60.068)	(56.907)	(60.068)	(56.907)
Tributos sobre o lucro					
Diferido	19	18.910	18.521	18.910	18.521
		18.910	18.521	18.910	18.521
Resultado líquido do exercício		(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)
Resultado líquido atribuído aos acionistas controladores		(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas					
Ação ordinária - em R\$	24	(0,2890)	(0,0661)	(0,2890)	(0,0661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Resultados acumulados				Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.379	860	83.393	183.750	410.382
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(38.386)	(38.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	142.379	860	83.393	145.364	371.996
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(41.158)	(41.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142.379	860	83.393	104.206	330.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro 2023 e 2022 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		(41.158)	(38.386)	(41.158)	(38.386)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	21	2.743	5.194	2.743	5.194
Baixa na alienação de imobilizado	10	1.247	2.738	1.247	2.738
Baixas Direito de Uso e Arrendamento		-	148	-	148
Juros de arrendamento/empréstimos e variações cambiais líquidas		23.794	23.026	25.021	24.208
Equivalência patrimonial	9	2.015	1.938	3	3
Constituição de provisão para riscos, líquidas	17	(1.353)	2.373	(1.353)	2.373
Tributos diferidos sobre o lucro	18	(18.910)	(18.521)	(18.910)	(473)
		(31.622)	(21.490)	(32.407)	(4.195)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		122.401	30.505	121.174	29.323
Adiantamentos diversos		786	(1.177)	786	(1.571)
Estoques		1.895	2.305	1.896	2.699
Impostos a recuperar		848	179	2.566	(17.857)
Depósitos judiciais e cauções		471	(1.590)	422	(1.590)
Despesas Antecipadas		305	667	306	666
Outros ativos		969	7	(10)	11
		127.675	30.896	127.140	11.681
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(5.932)	(21.402)	(5.501)	(21.344)
Adiantamentos de clientes		(42.735)	27.675	(42.733)	27.674
Salários, provisões e obrigações sociais		2.803	(1.649)	2.803	(1.649)
Impostos e contribuições a recolher		(198)	23.121	(549)	26.147
Outros passivos		(9.073)	5.248	(7.231)	5.312
		(55.135)	32.993	(53.211)	36.140
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		40.918	42.399	41.522	43.626
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Titulos Valores Mobiliarios		18.542	(18.542)	18.542	(18.542)
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas	9	(679)	(1.482)	106	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(893)	(2.411)	(2.103)	(2.411)
Transações com empresas ligadas, líquido		(60.876)	(22.210)	(59.409)	(24.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(43.906)	(44.645)	(42.864)	(45.875)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos		-	(351)	-	(351)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		-	(18)	-	(18)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	13	(1.146)	(1.028)	(1.146)	(1.028)
Pagamento de juros de arrendamentos	13	(51)	(81)	(51)	(81)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.197)	(1.478)	(1.197)	(1.478)
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(4.185)	(3.724)	(2.539)	(3.727)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.244	8.968	5.293	9.020
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.057	5.244	1.061	5.293
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(4.185)	(3.724)	(2.539)	(3.727)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 1994, na cidade de Belo Horizonte/MG, com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e é controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AGE”). Sua principal atividade operacional é a prestação de serviços de engenharia em diversos seguimentos, destacando-se a construção de hidrelétricas, plantas industriais, siderúrgicas, refinarias, saneamento e urbanização, rodovias, ferrovias, usinas de geração solar e obras correlatas em todo país. A sua controlada AGComex, tem como atividade principal atividade o serviço de agenciamento de exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África. Atualmente, a empresa atual em obras em pleno funcionamento, as principais obras são:

- Usina termelétrica do Porto de Açú – contrato de engenharia, suprimento e construção da planta termelétrica localizada em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro;
- Reconstrução do distrito de Paracatu de Baixo, na região de Mariana;
- Terminal de Óleo e Gás em Barcarena/PA
- Construção de Ramal Ferroviário em Cubatão/SP.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro da Companhia e, caso necessário com o suporte do Grupo AG.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de

arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, exceto quando indicado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5:** Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato e ativos de contrato: Avaliação do risco de inadimplência para avaliação da perda esperada de clientes;
- **Notas explicativas 10:** Definição da vida útil dos ativos imobilizado e intangíveis e a avaliação da recuperabilidade dos ativos;
- **Nota explicativa 17:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Notas explicativas 20:** Os orçamentos referentes aos custos e receitas dos contratos de construção são formulados levando em conta as obrigações de desempenho de cada projeto. Esses orçamentos passam por uma revisão, no mínimo, anual, a fim de garantir sua atualização e alinhamento com as exigências e desafios em curso.

2.4. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.5.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 (R1) – Contrato de seguro	Nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).
CPC 23 (R1) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa	Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	Fornece orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.
CPC 32 (R1) – Tributo sobre o Lucro	Estreita o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 06 (R1) – Arrendamentos	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e englobam as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia, listadas abaixo:

	Controladas	País	Atividade principal	Capital social (%)	
				31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas					
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Brasil		Serviços de exportação	100,00	100,00
Sucursais					
Sucursal República Dominicana	República Dominicana		Serviços de engenharia	100,00	-

Procedimentos

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são facilmente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

4.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	518	356	522	405
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	539	4.888	539	4.888
	1.057	5.244	1.061	5.293

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, referem-se à operações compromissadas. A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é assim apresentada:

Controladora e Consolidado

	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário(CDB)	-	96,52% do DI	-	1.130
Operações compromissadas	60,00% do DI	79,56% do DI	539	3.758
			539	4.888

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1 Política contábil

O modelo de negócio da Companhia para os títulos e valores mobiliários é caracterizado pela intenção de mantê-los para receber os fluxos de caixa contratuais. Esses instrumentos possuem características de fluxos de caixa que incluem o pagamento de principal mais juros. Seguindo as diretrizes do CPC 48, a Companhia classifica esses títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Time deposit	-	18.542	-	18.542
	-	18.542	-	18.542

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Política contábil

O saldo das contas a receber de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia, quanto das vendas de mercadorias associadas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme com a política contábil adotada pela Companhia, o reconhecimento de receita em contratos de construção abrange não apenas as faturas emitidas aos clientes, mas também os saldos ativos resultantes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão). Quando a receita reconhecida por meio desse método excede o montante das faturas efetivamente emitidas aos clientes, essa diferença é registrada no grupo de 'contas a receber de clientes' (ver nota explicativa nº 21).

6.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	27.367	75.653	27.367	75.653
Mercado externo (a)	299.104	396.962	299.104	396.962
Total do contas a receber	326.471	472.615	326.471	472.615
Circulante	266.558	412.702	266.558	412.702
Não circulante	59.913	59.913	59.913	59.913
	326.471	472.615	326.471	472.615

(a) Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 270.283 (R\$286.638 em 2022) refere-se aos saldos a receber do mercado Africano.

6.3. Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	8.089	21.967	8.089	21.967
Vencido há mais de 30 dias	257.350	344.272	257.350	344.272
Vencido há mais de 30 dias - ação judicial	59.913	59.913	59.913	59.913
Ativos do contrato serviços a faturar	1.119	46.463	1.119	46.463
	326.471	472.615	326.471	472.615

A exposição ao risco de crédito total da Companhia está demonstrada na nota explicativa nº 25.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

7. ESTOQUES

7.1. Política contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo custo de aquisição, sendo que a mensuração subsequente é realizada com base no menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor líquido realizável. Para embasar a análise do valor líquido realizável, a Companhia realiza inventários físicos periodicamente em suas unidades operacionais. Os montantes apresentados nessa categoria consistem principalmente de materiais destinados à aplicação nas obras em andamento.

7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Material de consumo e almoxarifado	923	2.818	923	2.819
(-) Redução ao valor realizável líquido	(7)	(7)	(7)	(7)
	916	2.811	916	2.812

A Administração da Companhia prevê utilizar ou consumir esses estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques, além daquelas já reconhecidas

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que tem origem, principalmente, em antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela instituição financeira. Esses créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para compensar eventuais saldos a recolher provenientes de suas operações.

8.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INSS	804	671	804	671
IR/CS (a)	3.768	4.899	3.768	6.575
Outros	288	138	288	155
	4.860	5.708	4.860	7.401

(a) Valores a compensar relativos as antecipações de imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior em exercícios anteriores.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Durante suas atividades habituais, a Companhia efetua adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para a execução de suas obras em andamento, além de adiantamentos para seus funcionários, incluindo adiantamentos de férias, de despesas de viagem e outras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores e subempreiteiros	2.039	2.510	2.434	2.905
Adiantamento a funcionários	88	403	88	403
	2.127	2.913	2.522	3.308

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

10.1. Política contábil

A Companhia classifica uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

AG Construções e Serviços S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

As informações financeiras de controladas e joint ventures são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle total ou controle conjunto se inicia até a data em que deixa de existir. As principais políticas contábeis da controlada e controladas em conjunto estão alinhadas às políticas contábeis aplicadas pela Companhia. Os detalhes da classificação das participações entre Investimento e Provisões para perdas em investimentos podem ser consultados nas movimentações apresentadas abaixo.

10.2. Relação das investidas e principais informações

As investidas da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade e percentual de participação, está demonstrado a seguir:

Companhias investidas	País	Atividade principal	Participação societária		Saldo de investimento		Equivalência		
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Controladas									
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Brasil	Serviço de Exportação	100,00%	100,00%	36.578	36.536	(1.639)	(1.935)	
Total das controladas					36.578	36.536	(1.639)	(1.935)	
Sucursal no exterior									
Sucursal República Dominicana	República Dominicana	Serviços de Engenharia	100,00%	0,00%	(376)	-	(376)	-	
Controladas em conjunto									
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	Brasil	Investimentos Imobiliários	99,94%	99,94%	29	86	-	(3)	
AMP Empreendimentos Imobiliários	Brasil	Investimentos Imobiliários	1,12%	1,12%	9	61	-	-	
Total das controladas em conjunto (Consolidado)					38	147	-	(3)	
Total da controladora					36.240	36.683	(2.015)	(1.938)	

10.3. Movimentação dos saldos de investimento

A movimentação da participação na investida da Companhia para 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		Movimentação do exercício				31/12/2023		31/12/2023	
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Equivalência	Outros	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos		
Controladas										
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	36.536	679	934	(1.639)	68	36.578	36.578	-		
Total das controladas	36.536	679	934	(1.639)	68	36.578	36.578			
Sucursal no exterior										
Sucursal República Dominicana	-	-	-	(376)	-	(376)	-	(376)		
Controladas em conjunto										
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	86	-	-	-	(57)	29	29	-		
AMP Empreendimentos Imobiliários	61	-	-	-	(52)	9	9	-		
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	147	-	-	-	(109)	38	38	-		
Total da controladora	36.683	679	934	(2.015)	(41)	36.240	36.616	(376)		

	31/12/2021		Movimentação do exercício			31/12/2022		31/12/2022	
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Equivalência	Outros	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos		
Controladas									
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	36.989	1.482	-	(1.935)	-	36.536	36.536		
Total das controladas	36.989	1.482	-	(1.935)	-	36.536	36.536		
Controladas em conjunto									
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	89	-	-	(3)	-	86	86		
AMP Empreendimentos Imobiliários	61	-	-	-	-	61	61		
Total das controladas em conjunto (Consolidado)	150	-	-	(3)	-	147	147		
Total da controladora	37.139	1.482	-	(1.938)	-	36.683	36.683		

11. IMOBILIZADO

11.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados da Companhia são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados com fins específicos para a construção de ativos, se houver, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas em cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, apenas se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil, que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e na condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem; caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que benefícios econômicos sejam incorporados a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido substituído por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que a venda ocorre.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é calculada pelo método de horas trabalhadas, utilizando taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear, com taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente e quaisquer ajustes necessários são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, afetando apenas o exercício em que o ajuste é identificado.

11.2. Composição

Controladora e Consolidado

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	110	-	110	110	-	110
Imóveis de uso	45,93	7.396	(6.367)	1.029	7.042	(5.493)	1.549
Equipamentos e veículos	64,37	3.536	(3.262)	274	4.331	(2.767)	1.564
Móveis e utensílios	47,13	1.353	(1.104)	249	1.268	(882)	386
Imobilizado em andamento	-	191	-	191	244	-	244
Outros	-	125	(103)	22	125	(103)	22
		12.711	(10.836)	1.875	13.120	(9.245)	3.875

11.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	110	-	-	-	-	110
Imovéis em uso	1.549	14	(50)	(874)	390	1.029
Equipamentos e veículos	1.564	246	(1.041)	(495)	-	274
Móveis e utensílios	386	159	(74)	(222)	-	249
Imobilizado em andamento	244	420	(83)	-	(390)	191
Outros	22	-	-	-	-	22
	3.875	839	(1.247)	(1.592)	-	1.875

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	3.851	-	-	-	(3.741)	110
Imovéis em uso	496	237	(766)	(2.928)	4.510	1.549
Equipamentos e veículos	3.358	723	(1.327)	(1.033)	(157)	1.564
Móveis e utensílios	(2.743)	460	(584)	(434)	3.687	386
Imobilizado em andamento	3.711	993	(59)	-	(4.401)	244
Outros	(78)	-	(2)	-	102	22
	8.595	2.413	(2.738)	(4.395)	-	3.875

11.4. Ativos dados em garantia

Em 2023 não houve equipamentos alienados a garantia (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia está impedida de utilizar esses ativos como garantia para outros empréstimos ou de efetuar a venda dos mesmos à terceiros, até que os passivos correspondentes sejam liquidados.

11.5. Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

A Companhia realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos.

12. ATIVO INTANGÍVEL

12.1. Política contábil

Os ativos intangíveis da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros decorrentes do uso ou alienação. Os ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo é baixado.

12.2. Composição

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos de ativos intangíveis que correspondem, essencialmente, à licença de uso de software empresarial, bem como apropriação de gastos incorridos na implantação inicial deste sistema.

Os custos incorridos para implantação do sistema, incluindo a licença, foram reconhecidos como ativo intangível de acordo com as premissas do CPC 04 (R1). O referido saldo é amortizado mensalmente de forma linear, considerando o prazo de validade da licença.

A composição do ativo intangível e seus respectivos valores de custo e amortizações acumuladas, podem ser assim demonstrados:

Controladora

	31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Certificação técnica-operacional	55	(1)	54
	55	(1)	54

Consolidado

	31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Certificação técnica-operacional (a)	55	(1)	54
Aquisição de direitos contratuais (b)	1.210	-	1.210
	1.265	(1)	1.264

(a) Refere-se aos custos incorridos para emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida por Conselhos Regionais de Engenharia (CREAS), necessários para comprovar a qualificação e experiência técnico-operacional dos profissionais nas licitações públicas.

(b) Refere-se aos custos de aquisição de direitos para execução da hidrelétrica de *Presa Alto Yuna*, localizado na República Dominicana.

12.3. Movimentação

Controladora

	Saldo em			
	31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo 31/12/2023
Certificação técnica-operacional	-	55	(1)	54
	-	55	(1)	54

Consolidado

	Saldo em			
	31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo 31/12/2023
Certificação técnica-operacional	-	55	(1)	54
Aquisição de direitos contratuais	-	1.210	-	1.210
	-	1.265	(1)	1.264

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

13.1. Política contábil

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo custo, incluindo os custos de transação envolvidos na aquisição das propriedades. Após o reconhecimento inicial, a Companhia aplica como política contábil, uniformemente, a mensuração a valor justo das propriedades para investimento.

13.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos	71.000	71.000
Total das propriedades para investimento	71.000	71.000

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia validou o valor de mercado através de pesquisas efetuadas internamente (sem a contratação de consultores) e não identificou a necessidade de constituição de provisão para valor de mercado dos terrenos.

13.3 Propriedades de investimento dadas em garantia

As propriedades para investimento da Companhia foram dadas em garantia, com parte de contratos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 no consolidado, o valor justo dessas propriedades para investimento é de R\$71.000 (R\$71.000, em 2022).

14. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



14.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 6,33% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos

futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2023:

Controladora e Consolidado										
	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		2.760	838	13	(954)	(404)	-	-	-	2.253
Equipamentos e veículos		128	223	(4)	(197)	(49)	-	-	-	101
		2.888	1.061	9	(1.151)	(453)	-	-	-	2.354
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		2.715	838	18	-	(366)	44	(44)	(961)	2.244
Equipamentos e veículos		101	223	3	-	(40)	7	(7)	(185)	102
		2.816	1.061	21	-	(406)	51	(51)	(1.146)	2.346
Circulante		826								994
Não circulante		1.990								1.352
		2.816								2.346

	Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		667	5.852	27	(543)	(3.243)	-	-	-	2.760
Equipamentos e veículos		471	296	3	(256)	(386)	-	-	-	128
		1.138	6.148	30	(799)	(3.629)	-	-	-	2.888
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		703	5.852	27	-	(3.101)	79	(79)	(766)	2.715
Equipamentos e veículos		443	296	3	-	(380)	2	(2)	(262)	100
		1.146	6.148	30	-	(3.481)	81	(81)	(1.028)	2.815

14.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado		Direito de uso	31/12/2023
2024			1.071
2025			674
2026			432
Após 2026			177
			2.354

14.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado				
	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2024		1.107	113	994
2025		747	59	688
2026		488	24	464
2027		200	-	200
		2.542	196	2.346

15. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de fornecedores e subempreiteiros são de R\$17.852 (R\$23.981 em 31 de dezembro de 2022), na Controladora e R\$18.345 (R\$24.043 em 31 de dezembro de 2022), no Consolidado.

Operações antecipadas

A Companhia estabelece negociações com seus principais fornecedores para estender os prazos de pagamento acordados. Com o objetivo de minimizar os impactos no fluxo de caixa desses fornecedores, a Companhia celebra contratos com instituições financeiras, possibilitando a antecipação dos valores a receber por parte dos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da antecipação de fornecedores era de R\$847 (comparado a R\$650 em 31 de dezembro de 2022), no individual e consolidado. O valor antecipado pelos fornecedores, descontado, permanece registrado na rubrica de fornecedores a pagar até a sua liquidação.

Quando a Companhia utiliza de operações de *confirming* para liquidação de fornecedores, as despesas financeiras que incidem sobre o pagamento, são reembolsadas aos fornecedores. Nesse momento, a despesa financeira da operação é reconhecida no resultado da companhia.

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Composição

Controladora

	Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Nota de débito / Nota de crédito	34.203	6.174	63.277	28.002
<i>Controladas</i>					
Contas a receber (pagar) consórcios (b)	Nota de débito / Nota de crédito	53.190	58.051	31.647	105.150
<i>Outras partes relacionadas:</i>					
Outras	Outras	6.332	221	6.837	229
		93.725	64.446	101.761	133.381
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Nota de débito	4.056	-	4.079	-
		4.056	-	4.079	-

AG Construções e Serviços S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



		31/12/2023		31/12/2022	
		Natureza	Ativo	(Passivo)	Ativo
Consolidado					
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Nota de débito / Nota de crédito	34.203	6.174	63.277	28.002
<i>Controladas</i>					
Contas a receber (pagar) consórcios (b)	Nota de débito / Nota de crédito	53.190	58.051	31.647	105.150
<i>Outras partes relacionadas:</i>					
Outras	Outras	6.333	221	6.837	229
		93.726	64.446	101.761	133.381
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Nota de débito	28.323	-	28.546	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>					
Outras	Outras	3.026	-	3.065	-
AG Europa, Ásia e África (c)	Outras	9.652	-	10.981	-
		41.001	-	42.592	-

- (a) Em sua maioria é composto por transferências de saldos a receber de empreendimentos no exterior, e no passivo por Notas de Débito de empreendimento nacionais.
- (b) Referentes às transações de envios/recebimentos de remessas de aportes e transferência/recebimentos de custos através de notas de débito junto aos Consórcios em que a Companhia detém participação.
- (c) Refere-se às exportações de materiais e equipamentos para obras do Grupo Andrade Gutierrez no exterior, especialmente na África. Sua variação entre os exercícios se justifica pela variação do dólar.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento ordinário (a)	35.434	32.778	38.125	35.804
IRRF	1.112	816	1.113	816
PIS e COFINS	162	1.012	192	1.047
IR/CS	29	1.202	29	1.202
Outros	546	1.673	550	1.689
	37.283	37.481	40.009	40.558
Cícilante	10.708	11.973	11.372	12.653
Não circulante	26.575	25.508	28.637	27.905
	37.283	37.481	40.009	40.558

- (a) A Companhia efetuou requerimento de parcelamento Ordinário/Simplificado Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC e será quitado em até 60 parcelas.

18. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

18.1. Política contábil

Depósitos judiciais e cauções

A Companhia está questionando a legalidade de certas obrigações ou ações judiciais movidas contra elas. Em decorrência dessas impugnações, ordem judicial ou estratégia da Administração, esses valores são depositados em juízo, o que não configura liquidação de passivo. Esse procedimento visa permitir que a Companhia prossiga com os processos. Nesses casos, embora os depósitos permaneçam com ativos da Companhia, os valores somente são liberados apenas mediante decisão judicial definitiva e favorável.

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, os quais concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do período em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Também podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados principalmente ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas com base na opinião de seus advogados e assessores jurídicos, além do histórico dos desfechos dessas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza essas provisões com base na opinião dos assessores jurídicos.

Provisões tributárias

A Companhia é parte de processos tributários referentes ao não recolhimento de crédito tributário de ICMS - DIFAL, conforme apresentado no item 18.2.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais e previdenciários da Companhia dos últimos 5 anos e 30 anos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Companhia entende que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam desembolsos significativos, além da provisão registrada.

AG Construções e Serviços S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



18.2. Composição

Controladora

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2022	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2023	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
Trabalhistas	4.450	4.248	(4.146)	4.552	2.010	2.542
Cíveis	2.402	1.575	(3.036)	941	-	941
Tributárias	-	6	-	6	-	6
TOTAL	6.852	5.829	(7.182)	5.499	2.010	3.489

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2022	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
Trabalhistas	2.825	8.715	(7.090)	4.450	2.481	1.969
Cíveis	1.654	4.334	(3.586)	2.402	-	2.402
TOTAL	4.479	13.049	(10.676)	6.852	2.481	4.371

Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2022	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2023	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
Trabalhistas	4.450	4.248	(4.146)	4.552	2.059	2.493
Cíveis	2.402	1.575	(3.036)	941	-	941
Tributárias	-	6	-	6	-	6
TOTAL	6.852	5.829	(7.182)	5.499	2.059	3.440

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2022	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
Trabalhistas	2.825	8.715	(7.090)	4.450	2.481	1.969
Cíveis	1.654	4.334	(3.586)	2.402	-	2.402
TOTAL	4.479	13.049	(10.676)	6.852	2.481	4.371

18.3. Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2023, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$85 (R\$550 em 31 de dezembro de 2022).

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

18.4. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

19.1. Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

19.2. Conciliação da alíquota efetiva

Segue abaixo a conciliação das alíquotas efetivas de IR/CS nos exercícios de 2023 (Lucro Real):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(60.068)	(56.907)	(60.068)	(56.907)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	20.423	19.348	20.423	19.348
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis	(828)	(169)	(828)	(169)
Resultado de equivalência patrimonial	(685)	(659)	(685)	(659)
Outros	-	-	-	-
	(1.513)	(828)	(1.513)	(828)
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	18.910	18.521	18.910	18.521
Corrente	-	-	-	-
Diferido	18.910	18.521	18.910	18.521
	18.910	18.521	18.910	18.521
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	31,48%	32,55%	31,48%	32,55%

19.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

A transações que originaram os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, estão detalhadas a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Provisão para riscos e contingências	2.093	2.485
Crédito de prejuízo fiscal	63.860	48.515
Ajuste receita POC (IN1771/17)	11.670	15.884
	77.622	66.885
Passivo		
Variação cambial pelo regime de caixa (a)	35.745	43.820
Ajuste arrendamento	1.877	1.975
	37.622	45.795
Total líquido ativo	40.000	21.090

- (a) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime caixa, ou seja, quando da liquidação financeira destas operações.

A administração da Companhia, acredita que, com base nas projeções de resultados elaborados internamente, conseguirá realizar esses créditos fiscais com resultados futuros da operação.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é composto por 142.378.613 ações ordinárias nominativas (142.378.613 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2022), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	142.375	99,9971%	142.375	99,9971%
ADPAR - Administração e Participações Ltda	4	0,0029%	4	0,0029%
	142.379	100%	142.379	100%

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

21. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS

21.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47.

- a) Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentual de conclusão*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 6.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

- b) Contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por Administração”, possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes.

Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para realizar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

- c) Adicionalmente, existem contratos, de preço unitário.

Nesse tipo de contrato a receita também é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos e avanço da obra, conforme previstos em contrato.

Receita de serviços de operação e manutenção

Conforme determina a nova norma de reconhecimento de receita, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com a base contratual estabelecida, respeitando o reconhecimento por parte do cliente dos serviços pelo cliente e, em geral, representam um fluxo consistente de geração de direitos a receber para a Companhia em compensação pelos serviços de manutenção de equipamentos e infraestrutura operacional construída nas instalações de seus clientes.

Receita de vendas de mercadorias

A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referente à propriedade do produto. A receita está apresentada na demonstração do resultado do período, líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade de os benefícios fluírem para a Companhia e os custos puderem ser mensurados razoavelmente.

21.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta nacional	84.391	186.992
Receita bruta total de serviços e mercadorias	84.391	186.992
Impostos sobre serviços e mercadorias	(1.542)	(10.420)
Receita líquida de serviços e mercadorias	82.849	176.572

21.3. Faturamento direto de fornecedores

Em alguns dos contratos executados pela Companhia, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela Companhia. Em 2023, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores foi de R\$17.302 (R\$96.349 em 2022). As receitas mencionadas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas, clientes e fornecedores, sem qualquer impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

22.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

22.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

Controladora

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(9.406)	(1.599)	(34.652)	(1.193)
Depreciação e amortização	(2.277)	(465)	(5.073)	(121)
Salários e encargos sociais	(32.957)	(17.814)	(64.137)	(16.918)
Contratação de serviços de terceiros	(30.856)	(6.417)	(60.114)	(10.301)
Impostos, taxas e encargos	(70)	(387)	(271)	(197)
Gastos com viagens	(1.352)	(2.541)	(2.333)	(47)
Outros	(2.269)	(2.207)	(2.741)	(906)
Total	(79.187)	(31.430)	(169.321)	(29.683)

Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(9.406)	(1.599)	(34.652)	(1.193)
Depreciação e amortização	(2.277)	(465)	(5.073)	(122)
Salários e encargos sociais	(32.957)	(17.814)	(64.137)	(16.917)
Contratação de serviços de terceiros	(30.856)	(6.438)	(60.114)	(10.335)
Impostos, taxas e encargos	(70)	(394)	(271)	(204)
Gastos com viagens	(1.352)	(2.541)	(2.333)	(46)
Outros	(2.269)	(2.583)	(2.741)	(1.004)
Total	(79.187)	(31.834)	(169.321)	(29.821)

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

23.1. Composição

O resultado financeiro líquido é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Correção monetária dos clientes	11	-	18	-
Juros de aplicações financeiras	152	330	152	329
Outras receitas financeiras	60	49	60	57
	223	379	230	386
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1)	-	(18)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(5.329)	-	(5.684)	-
Atualização monetária sobre parcelamentos tributários	-	(8.169)	-	(8.772)
Juros dos passivos de arrendamentos	(51)	(73)	(51)	(73)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	-	(1.029)	-	(1.030)
Outras despesas financeiras	(386)	(130)	(417)	(131)
	(5.766)	(9.402)	(6.152)	(10.024)
Variações cambiais, líquidas	(23.743)	(22.942)	(24.970)	(24.124)
Resultado financeiro, líquido	(29.286)	(31.965)	(30.892)	(33.762)

24. RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO

24.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 2023, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados atribuíveis aos proprietários da Companhia	(41.158)	(38.386)
Média ponderada das ações ordinárias	142.407	142.407
Resultados por ação - R\$	(0,2890)	(0,0661)

25. SEGUROS

A Companhia adota uma rigorosa política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montantes e amplitudes considerados satisfatórios pela Administração.

Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em todas as obras e instalações administrativas, são considerados, dentre outras coisas, fatores como a concentração de riscos, o valor de reposição dos ativos, nível de exposição a riscos, além das particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia avalia e realiza a contratação, a identificação e a manutenção dos diversos seguros e das garantias dos projetos, sempre assessorada por brokers especializados, de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Risco de engenharia	489.177	-
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	3.300	-
	492.477	-

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

AG Construções e Serviços S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Controladora

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	518	539	356	4.888
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	18.542
Contas a receber de clientes		-	326.471	-	472.615
Créditos com partes relacionadas		-	97.781	-	105.840
		518	424.791	356	601.885
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	17.852	-	23.981
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação		-	847	-	650
Passivos de arrendamentos		-	2.346	-	2.816
Débitos com partes relacionadas		-	64.446	-	133.381
		-	85.491	-	160.828

Consolidado

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	522	539	405	4.888
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	18.542
Contas a receber de clientes		-	326.570	-	472.615
Créditos com partes relacionadas		-	134.727	-	144.353
		522	461.836	405	640.398
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	18.345	-	24.043
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação		-	847	-	650
Passivos de arrendamentos		-	2.346	-	2.816
Débitos com partes relacionadas		-	64.446	-	133.381
		-	85.984	-	160.890

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis. A companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco de a Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2023, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.057)	(23.786)	(1.061)	(23.835)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(1.057)	(23.786)	(1.061)	(23.835)
Patrimônio líquido ("PL")	330.838	371.996	330.838	371.996
DL / PL	-0,32%	-6,39%	-0,32%	-6,41%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas, CDB's e *time deposits*. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 26 de fevereiro de 2024, a Companhia adotou como cenário base, a taxa DI estimada de 9,15% a.a. para 31 de dezembro de 2024 (Cenário atual taxa 11,87% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,87%	9,15%	11,44%	13,73%

Exposição a riscos cambial

A Companhia está sujeito ao risco de moedas, por meio de sucursais, empresas controladas e investidas, presente em países da América Latina, Europa e África.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 26 de fevereiro de 2024, a Empresa adotou como cenário base, o câmbio estimado para 31 de dezembro de 2024 (Para cenário atual utilizamos a cotação "Ptax" de venda divulgado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2023). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Empresa em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Contas a receber	Varição da cotação USD	4,8413	4,9761	6,2201	7,4642
CDI	Varição do CDI	11,87%	11,87%	14,84%	17,81%

Análise sensibilidade das taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Empresa ocorre em função de ativos financeiros que estão sujeitos aos seguintes câmbios:

Controladora

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Contas a receber	USD	239.191	6.660	68.123	129.586
		239.191	6.660	68.123	129.586
	Exposição líquida no resultado		6.660	68.123	129.586

Consolidado

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Contas a receber	USD	239.191	6.660	68.123	129.585
Partes relacionadas	USD	9.652	269	2.749	5.229
		248.843	6.929	70.872	134.815
	Exposição líquida no resultado		6.929	70.872	134.815

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2023 e 2022 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Transferência de saldo a receber para Controladora AG Engenharia referente a empreendimentos no exterior	-	44.054
Cisão parcial referente a transferência de acervo técnico da Controladora AG Engenharia para a Companhia	-	69
Transferências de custo de Folha de Pagamento de funcionários da Companhia com a AG Engenharia	<u>(2.811)</u>	<u>(15.905)</u>
	<u>(2.811)</u>	<u>28.218</u>

28. EVENTO SUBSEQUENTE

O grupo Andrade Gutierrez alavancou em sua carteira de projetos (“backlog”) um montante de R\$10,4 bilhões em novas contratações durante o 1º trimestre de 2024, distribuído em diversos setores: R\$ 1,8 no setor de térmica, R\$ 6,5 no setor de energia e R\$ 2,1 bilhões no setor de infraestrutura.

DocuSigned by:

 9014477D9F98480...
 Carlos José de Souza
DIRETOR

DocuSigned by:

 EC082189B8BF4BC...
 Marcio Magno de Abreu
DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

LEANDRO MARIANO
 GONCALVES:72964189153
 Assinado de forma digital por LEANDRO MARIANO GONCALVES:72964189153
 Dados: 2024.04.03 12:22:05 -03'00'
 Leandro Mariano Gonçalves
 CRC MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL